

GÉNERO E DIFERENCIAÇÃO GENÉRICA;
de uma “Ontologia dos Objectos a uma Pragmática do Uso”*

CELINA SILVA
celinas@letras.up.pt

A literatura constitui, segundo uma perspectiva comunicacional e histórica, uma instituição; espaço de actuações múltiplas e multi-direccionais, orquestrada por lógicas construtivas plurais, objecto de prática social, conjunto dinâmico de convenções compartilhadas por uma dada comunidade em determinada época. Entidade situada e em situação, funciona como um campo pluridimensional em permanente reestruturação interna e externa, continuidade descontínua onde recorrência e variância se interligam dialecticamente, combinando-se tradição e originalidade numa produção complexa, socialmente valorizada. Eis os pressupostos de que Schaeffer parte, ao postular a hipótese de uma abordagem trans-disciplinar sistematizante relativa à questão do género e diferenciação genérica, focando situações de interacção concreta e institucional, com o objectivo de evidenciar quadros de experiência, temas e estruturas neles vigentes. A dita reflexão rege-se pela seguinte directriz: “*olhar, não os textos, mas no entre-os-textos, no espaço público da Literatura como prática criativa socializada*”.

Ao questionar o literário constata-se a pertinência bem como a produtividade em detectar critérios internos susceptíveis de possibilitar a sistematização do referido objecto. Inferir traços configuradores de analo-

* Este texto apresenta-se como o título, em parte citação, indicia enquanto súmula de notas de leitura relativas a algumas das reflexões desenvolvidas por Jean-Marie Schaeffer a partir do conceito de género literário e adjacentes no seguinte *corpus*: Schaeffer (1986), Schaeffer (1989), Schaeffer (1996), Schaeffer (1997) e Schaeffer (2001).

gias “arquetípicas”, marcas textuais recorrentes, combinatórias torna viável o delinear de uma dada “identidade formal”, uma suposta “natureza” do mesmo. O estabelecimento-reconhecimento de formas, convenções mais ou menos estáveis, modelos instaura uma ordem transhistórica, segundo um determinado do ponto de vista.

Porém, Schaeffer aponta o facto de tais critérios se encontrarem inseridos numa determinada historicidade que os relativiza, melhor dizendo, lhes retira o cunho “absolutizante” patente em posturas claramente normativas ou noutras que, não o sendo, partilham de uma mesma visão universalista ou essencialista do literário (cf. Classicismo, Romantismo hegeliano, Formalismo Russo e Estruturalismo). Não havendo uma definição única de literatura, o convívio com as práticas por ela desencadeadas e suportadas, evidencia uma pluralidade de aspectos em constante mutação cuja resultante leva à consciência da impossibilidade em estabelecer uma taxonomia de géneros que os tome como “entidades mutuamente exclusivas”, ou que se assuma como única, atendendo à variedade de critérios e dos regimes de vigência da literariedade. Com efeito, o género define literariedades constitutivas e resulta de literariedades condicionais”, conforme Genette salienta em *Fiction et Diction* (1991).

Equacionar a problemática do género, questão apenas abordável de maneira parcial e por contextos específicos, implica uma pragmática comunicacional exigida pela singularidade ao nível das suas manifestações concretas. Código retórico-literário, paradigma, classe, modelo de textos, pacto e contrato, entidade inferida através de uma oposição diferencial e funcional patenteia a co-existência de invariância e variação resultante do carácter genesiaco, processual a ele inerente. Categoria *a priori* do poético na proposta de Dufrenne, “convite à forma” segundo Guíllen, factor importante na atribuição de valor no interior do campo do literário como Bourdieu salienta, “generalidade intermediária” na formulação de Compagnon, o conceito de género possui um cunho polissémico derivado da “variabilidade contextual de significação dos termos genéricos” por Schaeffer realçada.

Uma formulação supostamente “empírica” de género, porque nenhuma o é de facto, dá conta de um conjunto de semelhanças textuais, formais e temáticas, instaurando as relações genéricas uma combinatória de reinvestimentos mais ou menos transformadores. Contendo o género uma dinâmica sempre historicamente marcada, geradora de inovação, transgressão e invenção, condicionante da circulação e reescrita dos textos, produz um determinado tipo de leitura.

Cumprindo uma função reguladora de mediação, esta entidade taxonómica, reporta-se à teoria na medida em que consigna modalidades possíveis do literário; identifica, descreve, avalia, classifica e canoniza. A Poética aborda descritiva e analiticamente o modo de ser da ordem em questão, as suas modalidades intrínsecas, convocando-o como noção explicativa; a Crítica usa-o enquanto critério de julgamento; a História Literária questiona-o na pluralidade e variabilidade das suas manifestações concretas; a Pragmática equaciona-o do ponto de vista funcional do uso. Repousando sob uma ordem-ordenação contínua de traços, dá conta da mobilidade de todo o sistema literário; “feixe de universais” da consciência literária é identificável através de “sinais” e “alusões” mas também de reconhecimento.

Em contraponto à visão causal derivada da proposta aristotélica onde o género explica e possibilita em simultâneo a existência dos textos, e à da poética tradicional que o concebe enquanto classe de textos, este é actualmente encarado como função reguladora do fazer literário, dos seus limites e possibilidades, intervindo quer ao nível das operações teóricas mencionadas quer ao nível da produção e da recepção.

Adoptando uma visão ontológica, o género transcende o texto; matriz de escrita e de leitura, aponta a existência de uma “competência genérica” compartilhada por autor e leitor, implicando ambos um repositório que inscreve a obra numa dada cronologia, lógica contínua de cruzamentos. “Horizonte” produtor de reconhecimento susceptível de alargamento ou transgressão, consciência da regra, entidade geral visando a concretização, instaura uma competência genérica confinada enquanto “quadro intrínseco” e “direcção epistemológica” fundadora de um contrato variável com o leitor, na medida em que este pode decidir sobre o género da obra, como, com frequência, se verifica na literatura contemporânea caracterizada por uma “dinâmica genérica interactiva e lúdica”.

A teorização, ao estabelecer quadros categoriais destinados à sistematização descritiva e analítica do literário, procura evidenciar, tanto aquilo que suporta as manifestações, práticas e procedimentos do mesmo, quantos os efeitos, produtos e produções por elas engendradas, uma vez que um dado texto pode não pertencer a um género em particular, mas integra sempre a referência genérica nas modalidades da sua invenção textual.

O mencionado teórico considera o género “o verdadeiro objecto epistemológico” dos Estudos Literários porque o único que lhe é exclusivo, confinando-se esta área disciplinar, nas suas publicações dos anos 80, enquanto estudo das características genéricas dos textos, na prévia condição de se definir o que é pertinente para o postular da sua especifi-

cidade, visto todo o traço poético ser susceptível de se tornar marca de género quando repetido, sujeito a variações e integrado num conjunto significativo.

O “modelo genérico” é constituído, segundo Schaeffer na proposta de 1989, pelo género, categoria de classificação retrospectiva e pela “genericidade”, função textual e, em 1997, também pelo “genérico”, traço ou marca que dos géneros se desprende, manifestando-se nos textos. O “genérico”, elemento constitutivo das obras implicando a posição do autor enquanto agente do literário funciona de igual modo ao nível do contexto de circulação. Tais características conferem ao género um cunho processual que se verifica numa pluralidade de níveis: o das sistematizações categoriais elaboradas pela poética, o da dimensão do “genérico”, perfil derivado do género propriamente dito, e da “genericidade”, “jogo de repetições, de imitações de um texto face ao outro”, estando portanto ligada ao carácter institucional da literatura. Assim, participando de uma dimensão intermediária, o género é por este teórico concebido enquanto “interface de mediação”: obra-literatura, texto-regra, autor-leitor, obra-outras-obras, obra-público.

Modelo-matriz de competência segundo o estruturalismo, o género, é simultaneamente metatexto enquanto programa, arquitecção (estruturas formais) e paratexto. Por sua vez, a “genericidade”, teor dinâmico, atestado na capacidade geradora de situações de miscigenação, depuração, subversão origina uma norma interiorizada. Esta última dimensão confina-se enquanto capacidade de engendramento mas também como propriedade constitutiva da arquitecção, na medida em que, enquanto metatexto, o género contém a sua própria “genericidade”.

Encarar a hipótese de estabelecer fronteiras como limite ou delimitação entre os vários géneros literários e entre as ordens do literário e do não literário, já denunciada como impasse metodológico por Todorov em *Les Genres du Discours* (1978) e por Schaeffer referenciada, permite não só relativizá-las ou redefini-las por alargamento ou transgressão, mas também regular e controlar os processos de violação das ditas fronteiras. Por sua vez, o problematizar das aludidas fronteiras entre géneros viabiliza de uma maneira assaz precisa, não apenas dar conta de identidades e diferenças quanto do funcionamento dessas mesmas categorias.

O próprio conceito de fronteira, historicamente relativo, faz-nos aceder à variabilidade temporal e cultural onde a continuidade se liga a efeitos contextuais e de uso, criando uma “lógica de integração” mediante a qual traços convergentes reagrupam elementos aparentados. O dito propósito está ligado a um projecto não normativo na medida em que o

valor das obras não provém apenas da delimitação do domínio poético mas da relação que com ele se estabelece, implicando um conjunto de operações múltiplas.

Porém, a fronteira pode ser encarada funcionalmente como absoluta, transhistórica, interna ao objecto, apontando claramente para uma estabilidade consensual aceite pelos agentes do processo produtivo: autores e leitores, poeticistas e críticos. Essa concepção implica o adoptar de normas que engendram descontinuidades e estabelecem hierarquias, uma vez que o uso canónico leva a uma objectivação funcional, exigindo a aplicação das regras constitutivas.

A tradição poética ocidental, fundada essencialmente sobre critérios positivos, uma certa qualidade técnica ou a observância de determinados códigos retorico-poéticos, integra a obra numa continuidade temporal, nela surgindo, necessariamente, processos de recategorização, uma vez que a ruptura é em si mesma plural. A diferenciação advém por alargamento ou pela estratégia de afastamento adoptada face ao género de referência, à sua finalidade e à sua significação, intervindo na evolução das práticas literárias, de modo muito forte, mediante operações de selecção.

O Classicismo assume-se enquanto ordem consensual, “transparente”, inquestionável. As propostas que vigoram ao longo deste paradigma essencialmente visam a integração pela parte da instituição das posturas desviantes ou anómalas face às pseudo fronteiras estabelecidas no interior da ordem consensual, como atesta o caso dos géneros híbridos: poema herói-cómico e tragicomédia entre outros.

Por sua vez, o Romantismo recusa a instituída existência das referidas fronteiras, invertendo os critérios de valor poético, ou antes adoptando-os negativamente. Tais manifestações “transgressivas” engendram um procedimento recorrente na literatura contemporânea onde se constata grande mobilidade das e nas fronteiras internas e externas. A instituição literária integra, mais tarde ou mais cedo, de maneira mais ou menos abrangente, o modo de actuação transgressivo que, frequentemente, num primeiro momento de recepção, tinha desencadeado uma forte reacção negativa pela parte do público.

A crise da representação e da poética cuja base nela radica estabelece uma deslocação da questão do “valor” da obra, implicadora no referido paradigma da observância de determinados preceitos, para a da “natureza” do literário, rompendo assim o consenso transforma a excepção em regra, factor que desencadeia a ininterrupta necessidade de definição e redefinição da literatura bem como a vertiginosa sucessão de correntes literárias. Então, a estruturação interna do campo literário já não se coloca

numa escala de gradação contínua de valores mas na de uma suposta natureza do mesmo. A prática literária contemporânea patenteia uma pluralidade de valores e de géneros tornando “opacas” as estruturas formais tidas como “transparentes”, funcionando o género ao mesmo tempo enquanto intermediário e obstáculo.

Schaeffer verifica a existência de operações e processos de recategorização, dando conta das modalidades de alteração de categorias cujas variações entre as fronteiras externas e internas se equacionam de uma época para outra nos seguintes moldes: ora por intermédio de uma “lógica de inclusão”, integradora de elementos variáveis e desviantes, radicando numa configuração contínua e em continuidade, ora através de uma “lógica de selecção” impositiva de um projecto axiológico ancorado numa óptica transhistórica. Esta última implica uma visão do objecto consensual, estável, interna, na qual o recorte e a delimitação entre conceitos produzem uma dada valorização dos objectos mediante o postular de uma natureza substantiva, universal.

Contudo, as distinções entre os géneros bem como de literário / não literário são, ao mesmo tempo historicamente relativas e funcionalmente absolutas, na medida em que se reportam ao contexto, mas não de uma forma total ou directa, contendo também uma dimensão autónoma, poética, porém não inteiramente. As obras não possuem um teor relativo em absoluto, sem qualquer suporte literário, tão pouco podem ser encaradas enquanto totalmente redutíveis à natureza poética das proposições que as enformam. Não resulta portanto pertinente uma abordagem que se fixe ou se reduza a uma única destas dimensões porque, como Schaeffer menciona, “as fronteiras da arte são ao mesmo tempo naturais, materiais e mentais”.

A literatura ocidental manifesta uma complexificação crescente, provocada por deslocamentos inter e intra genéricos sucessivos na medida em que há diversos tipos de “evolução genérica” devido à multiplicidade e variedade dos mecanismos de regulação-regulamentação adoptados. Estes engendram tipos diferentes de “genericidade”, variando segundo as épocas, os países, as áreas culturais, as tradições vigentes ou de referência. Cada projecto literário desencadeia uma hierarquia de valores explícita, visto seleccionar certos traços da norma ou do género em detrimento de outros; uma aparente quebra, através da ruptura e da miscigenação, pode desencadear o restaurar da ordenação prévia, produzindo uma espécie de metamorfose em que o potencial se actualiza. Por sua vez a tipologia fornece um sistema de cânones constitutivos, quadro categorial face ao qual cada texto se relaciona; com efeito, a tradição do género determina o âmbito das possibilidades desviantes ou

inovadoras das entidades genéricas porque marcado e não marcado são a ambas coextensivos. A ruptura atesta uma ligação ao passado constituindo um sinal dele: componente evolutiva, perenidade das formas, engendra outras categorias, novas orientações que se interrelacionam com as anteriores.

No Ocidente, a tradição implica um forte historicismo, uma sucessão temporal onde o novo elemento prolonga o sistema por alargamentos sucessivos; no Oriente, nomeadamente no Japão, vigora uma tradição acumulativa, estruturada espacialmente, na qual a nova actualização se acrescenta ao antigo, actualiza-o, mas não o substitui. A concepção dinâmica da ordem poética ocidental pós-renascentista estabelece a prevalência de uma relação situacional dos textos relativamente a um sistema comunicacional historicizado, face à interacção concreta entre autor e o contexto no qual ele cria. A necessidade da mudança deriva da estrutura teleológica do dito sistema, dando origem a uma grande diferenciação bem como à referida complexificação das identidades genéricas ao longo da tradição. Por sua vez, na prática poética oriental, nenhuma obra pode substituir outra, cada uma é encarada como marca de um encontro singular com uma situação arquetípica. Assim, toda e qualquer obra constitui uma espécie de reactivação funcional de um quadro genérico que, em si mesmo, não é marcado, predominando pois a interacção. A poética reinante na primeira tradição funciona num “sistema aberto”, a segunda num “sistema fechado”.

Um olhar sistematizante sobre a tradição e sobre o próprio percurso do século XX evidencia a presença de uma reflexão sobre as modalidades de deslocamento de certas categorias, isto é dos sucessivos processos de recategorização. A literatura contemporânea, ao produzir o estabelecimento de fronteiras, faz da sua definição um problema, levando a que a sua prática se converta num processo de autocategorização. Necessariamente, a exploração dessas mesmas fronteiras inscreve-se na procura de condições necessárias e suficientes, delimitadoras da natureza do literário que, constantemente, as ultrapassa, expandindo-se em direcções múltiplas numa dinâmica autoreferencial incessante.

Schaeffer realça o cunho opositivo que vigora na prática literária ocidental; durante a Idade Média, o Cristianismo delimita-se, do modo acabado de aludir, face à Antiguidade, mais precisamente a uma Antiguidade pagã, na Renascença, os modernos adoptam um procedimento semelhante no tocante quer aos medievais quer aos greco-romanos. O Romantismo reduz a Poética e Retórica clássicas a meros factores transtextuais, contrapondo-lhes a prática da miscigenação e o “mecanismo da fragmentação”, segundo a formulação de Júdice. O Modernismo

adoptará a heterogeneidade como marca irreductível face à retoricidade. Ao longo do século XIX e XX, a Dramaturgia emancipa-se da preceptística pseudo-aristotélica (ilusão realista, prioridade da acção face aos caracteres e separação do trágico e do cómico) pondo a teatralidade em evidência. Em termos de produção narrativa verifica-se, ao longo do século XX, a fusão entre literatura e real.

Schaeffer aponta as diferenças vigentes ao nível do processo de funcionamento criador e comunicacional da actividade literária confrontando as relações existentes entre tipos específicos de práticas literárias instituídas e determinados perfis genéricos. Assim, foca a variabilidade dos últimos segundo o tipo de regulação da tradição interna do literário e o tipo de *feedback* que modula as relações entre autor e público. Com efeito, a tradição genérica, pertinente ao nível da consciência da criação, implica uma manipulação na produção e recepção socialmente codificadas, dando conta não só do lado institucional como de uma certa dimensão mundana da prática literária como o atesta a poesia de circunstância.

Na literatura oral a co-presença de autor-actor e público possibilita um *feedback* imediato enquanto que na literatura escrita este é diferido, agindo todo o sistema literário como interface de mediação embora ambos impliquem situações de interacção imediata dos referidos intervenientes.

A existência de um tipo de regulação interna do literário que exige interacção e transmissão directa entre autor e público como é o caso da Antiguidade e da Idade Média onde a situação da performance influenciava o autor-actor ao nível da motivação, da própria execução mas também da escolha de tema e género. O “eu” do trovador é assumido, constituindo o poema cristalização de uma reacção a um acontecimento investido de carga poética. No entanto, os poemas homéricos atestam um funcionamento em “rede fechada” enquanto a poesia trovadoresca patenteia uma circulação em “rede aberta”.

O funcionamento em “rede fechada” desencadeia procedimentos de unificação e concentração produtores de um acordo tácito, uma espécie de harmonia previamente estabelecida entre autores e público. De facto os escritores do Classicismo formaram, educaram e seleccionaram os seus leitores tanto quanto o público os influenciou: as academias, a corte, os *saraus* aliados à crítica e ao ensino ditavam certas regras de conduta literária.

Os géneros que se desenvolvem em “rede aberta” tendem a cristalizar à volta de convenções implícitas embora estas sejam instáveis porque o criador está sujeito a solicitações várias e díspares, uma vez que os pontos de contacto entre ordem literária e receptores não se encontram pré-

-determinados de antemão, nem quanto ao lugar nem quanto às suas modalidades. Tais características implicam uma dinâmica genérica específica; a tragédia grega, autêntico fenómeno de “literatura de massas” atendendo ao número de peças em circulação e ao público-alvo, circulou em “rede aberta” como Schaeffer aponta.

Por sua vez, as produções que actuam numa “rede fechada” expandem-se à volta de normas explícitas instauradoras de critérios de identificação, mas também de legitimação, são mais poéticas (função reguladora) que técnicas (função de identificação – genérica metro-rima). Os critérios mencionados, de natureza prescritiva, cuja lógica genérica se encontra ligada a uma função legitimadora supostamente garante da coerência de uma prática assente no reconhecimento de um meio mais ao menos fechado. Isto é uma elite, como atesta a tragédia clássica francesa, produção baseada em trocas internas, na exclusividade de um público restrito e homogéneo, destina-se a circunstâncias de actuação fortemente reguladas.

A produção pós-Renascença concebe-se como inserção da obra num sistema literário estabelecido em *corpus* canónico historicamente orientado. A relação que o poeta estabelece com a poesia radica na consciência de um sistema fortemente estruturado, hierarquizado e temporalmente orientado que funciona, segundo as épocas, ora como modelo a seguir pela via da imitação, ora como alteridade cultural a ultrapassar mediante operações de ruptura, ora como destino histórico a cumprir.

Tal situação propicia o surgir da “máscara lírica” que permite uma ficcionalização da enunciação neutralizando, na interacção literária efectiva, a presença do sujeito como autor enquanto entidade civil. Por outro lado, a relação mestre /discípulo, as criações colectivas e os saraus poéticos tendem a perder a importância face à instauração progressiva de um cânone literário. O produtor confronta-se directamente com a literatura encarada como um sistema comunicacional cristalizado definindo-se por relação à historicidade da sistematicidade poética; ao reinventar as formas antigas, procura um lugar para o género novo no interior da poética consignada, accionando procedimentos que levam à diferenciação genérica pois esta possibilita determinar o lugar da obra no interior do sistema.

Esta última actua enquanto elemento da ordem literária encarada como empreendimento histórico cujo fim último reside na perfeição da sua própria estrutura colectiva, tornando a situação da referida obra face ao literário mais importante que a actividade interaccional entre o texto singular e a motivação situacional. A Renascença lança os primeiros ele-

mentos de um novo tipo de ruptura-diferenciação que se converte em postura dominante a partir do Romantismo: a “tradição do novo”, orquestrada mediante rupturas sucessivas no interior da própria tradição gera *ipso facto* uma evolução autoteleológica.

Considerações deste teor e respectivas implicações, entre muitas outras, percorrem as obras de Schaeffer estabelecidas como corpus destes apontamentos de leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DE BASE

- SCHAEFFER, J. M.
1986, «Du texte au genre» in AA.VV., *Théorie des Genres*, Paris, Seuil, pp. 179-205.
- SCHAEFFER, J. M.
1989, *Qu'est-ce qu'un genre littéraire?*, Seuil, Paris.
- SCHAEFFER, J. M.
1996, «De deux facteurs institutionnels de la différentiation générique.» in AA.VV., *Textes et Sens*, Paris, Didier Erudition, pp. 49-60.
- SCHAEFFER, J. M.
1997, «Genres Littéraires», in *Dictionnaire des Genres et Notions Littéraires. Encyclopaedia Universalis*, Paris, Albin Michel, pp. 339-343.
- SCHAEFFER, J. M.
2001, «Les genres littéraires d'hier à aujourd'hui», in *L'Éclatement des Genres au XXIème Siècle*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, Paris, pp. 339-343.